

O TEMA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Fernando Veronezzi

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

fernandoveronezzi117@hotmail.com

Elpídio Serra

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá

serraelpidio@gmail.com

RESUMO: O artigo tem como objetivo discutir a violência contra as mulheres no ensino de Geografia, apresentando uma proposta metodológica. Quando se considera o Brasil como exemplo, um país marcado pelas desigualdades e pela violência de gênero, líder em diversos *rankings* internacionais nesse tipo de violação dos Direitos Humanos, o tema se justifica. A investigação está organizada a partir de uma abordagem teórica, com a exposição de leis, dados estatísticos e de resultados obtidos por meio da realização de ações desenvolvidas em turmas de Ensino Médio de uma Escola Pública do Estado Paraná, na qual foi desenvolvida uma proposta metodológica para (re)conhecer o que pensam os alunos desse nível de ensino sobre a violência contra as mulheres. O texto discorre com elementos que justificam a importância da inclusão dessa problemática nas aulas de Geografia, fomentando condições para que os professores considerem a emergência da temática e incorporem em suas práticas, estratégias que fortaleçam o enfrentamento do problema, sendo este, uma realidade presente no dia a dia dos alunos.

Palavras- chave: Violência Contra as Mulheres. Desigualdades. Plano de aula. Femicídio. Geografia.

THE THEME OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN GEOGRAPHY TEACHING: A METHODOLOGICAL PROPOSAL

ABSTRACT: The article aims to discuss violence against women as a thematic proposal for Teaching Geography. When considering Brazil as an example, a country marked by gender inequalities and violence, leader in several international rankings in this type of human rights violation, the issue is justified. Based on a theoretical approach, with the presentation of laws, statistical data and results obtained through actions carried out in high school classes of a Public School in the State of Paraná, a methodological proposal is presented to recognize that the students of High School think about violence against women, the text discusses with elements that justify the importance of the inclusion of this problematic in the classes of Geography, fomenting conditions for the teachers to consider the emergence of the same and incorporate in

their practices, subjects strategies to address the problem, which is a reality present in the students' daily lives.

Keywords: Violence Against Women. Inequalities. Teaching Geography. Femicide.

Introdução

Entender a Educação como um processo envolto de constantes mudanças, incorporando novas demandas, diretrizes, leis, conteúdos, assuntos e metodologias na *práxis* docente, são pilares fundamentais de uma Escola transformadora, que respeita as diversidades e os Direitos Humanos, que potencializa o empoderamento das pessoas. Esse texto tem como intenção apresentar reflexões que contribuam com esses propósitos, levando-se em conta, o ensino de Geografia e as múltiplas possibilidades de compreensão das desigualdades de gênero, discutidas nesse texto a partir da violência contra as mulheres.

A Escola enquanto um espaço plural e dinâmico, reflexo da sociedade, deve acompanhar as transformações sociais, incluindo o desenvolvimento de ações que visem à construção de conhecimentos com base em processos que questionem a naturalização de determinadas relações socioculturais.

Nessa perspectiva, a Escola é “[...] espaço privilegiado para se discutir e mudar as concepções que temos sobre as coisas e os fenômenos sociais a partir do acesso ao conhecimento” (PARANÁ, 2010). Os profissionais da Educação devem estabelecer uma relação entre os conteúdos abordados nas disciplinas escolares e sintonizá-los com questões atuais, potencializando uma (re)significação do processo educativo (ARROYO, 1994).

A partir dessa concepção, o tema da violência contra as mulheres, será retratado nesse texto sob a perspectiva da Geografia, já que envolve uma série de situações que podem ser trabalhadas e desenvolvidas a partir da ciência geográfica. Entende-se que a Geografia, objetivando tornar a realidade socioespacial compreensível, demonstrando as contradições e desigualdades do/no espaço, deve se comprometer em tratar temáticas como essa, contribuindo para o entendimento de como são construídas as desigualdades nas relações de gênero.

O objetivo desse artigo é discutir a violência contra as mulheres no ensino de Geografia, apresentando uma proposta metodológica. O texto foi metodologicamente estruturado a partir do levantamento de referencial bibliográfico e da elaboração e execução de um plano de aula, construído e desenvolvido levando em conta as inquietações do autor enquanto professor de Geografia da rede pública do Paraná, além de experiências com outras pesquisas¹, que permitiram reconhecer a importância do debate desse tema no ensino de Geografia.

1. Violência contra as mulheres e ensino de geografia: caminhos para a compreensão do tema

Durante muito tempo, as Ciências Humanas - da qual a Geografia está inserida - desconsideraram as mulheres enquanto agentes de produção do espaço. O conhecimento geográfico na maioria das vezes esteve atrelado a uma análise que valorizava a ação dos homens em detrimento das mulheres. A abordagem da mulher enquanto um agente essencial de produção e transformação do espaço foi considerado pouco importante durante anos (SILVA, 2003).

Em um contexto mais recente, a Geografia vem valorizando essa perspectiva e reconhecendo a importância de se compreender tais questões, ainda mais em um país como o Brasil, caracterizado pelas desigualdades (de gênero, étnicas, socioeconômicas). Nesse sentido, abordar questões que envolvem a problemática da violência contra as mulheres e seus desdobramentos é fundamental, pois auxiliam as mulheres a superar questões historicamente impostas por uma cultura baseada em padrões desiguais, patriarcais², machistas, misóginos³ e preconceituosos, pois a

[...] escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a

¹ O autor desenvolveu uma pesquisa de Doutorado denominada “Resistência, Empoderamento e Emancipação: As Militantes da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP)” (VERONEZZI, 2018).

² Um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídicos – institucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade” (SILVA, 2009, p. 33).

³ Aversão a tudo que se refere ao universo feminino.

educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão [...] (SILVA, 1996, p. 49).

Compreendendo a Geografia Escolar como uma disciplina que deve se comprometer em abordar temas que sejam socialmente relevantes, ligados às diversas realidades dos alunos - dos quais se inserem as questões da desigualdade de gênero, tendo, nesse caso, como recorte temático a violência contra as mulheres - promover análises e discussões complexas, que extrapolem visões reducionistas, simplicistas e preconceituosas (CAVALCANTI, 2010), se tornam essenciais para o desenvolvimento de ações para o enfrentamento da problemática, já que,

[...] o ponto central dos estudos geográficos através desta perspectiva é o argumento de que mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo [...]. Além disso, essas diferenças são resultados de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres por homens em diferentes lugares e em diferentes tempos (SILVA, 2003, p. 36).

As Diretrizes Curriculares de Geografia do Estado do Paraná (PARANÁ, 2008) apresentam a necessidade da incorporação e atualização dos conteúdos das disciplinas escolares como resultado das dinâmicas que envolvem as relações sociais, trazendo para a sala de aula, discussões referentes às questões políticas, filosóficas, culturais e sociais emergentes (PARANÁ, 2008, p. 26), da qual os alarmantes dados, nas mais variadas escalas geográficas, da violência contra as mulheres é um desses assuntos e sua abordagem no contexto escolar e no ensino de Geografia é fundamental.

Entende-se como violência contra as mulheres, “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (OEA, 1994), definição apresentada na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - a Convenção de Belém do Pará, de 1994.

Um dos enfrentamentos do problema é por meio da criação de leis específicas. No ano de 2006, no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi sancionada a Lei Maria da Penha (11.340/2006) (BRASIL, 2006) e em 2015, no governo da presidenta Dilma Rousseff, implementada a Lei do Feminicídio (13.104/2015) (BRASIL, 2015). Ambas preveem eliminar

todas as formas de violência contra as mulheres, sejam elas físicas ou psicológicas e se deram por conta das ações desenvolvidas por movimentos sociais, dos quais se destacam os feministas e de gênero.

Importante considerar nesse sentido que, apresentar e discutir no ambiente escolar a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio⁴, além de outras que compreendem o assunto, são fundamentais, pois além de promover para os alunos o conhecimento sobre a existência desses dispositivos legais, faz com que as vítimas de tais formas de violência possam recorrer às Instituições responsáveis, registrar os crimes, buscar ajuda e salvar vidas.

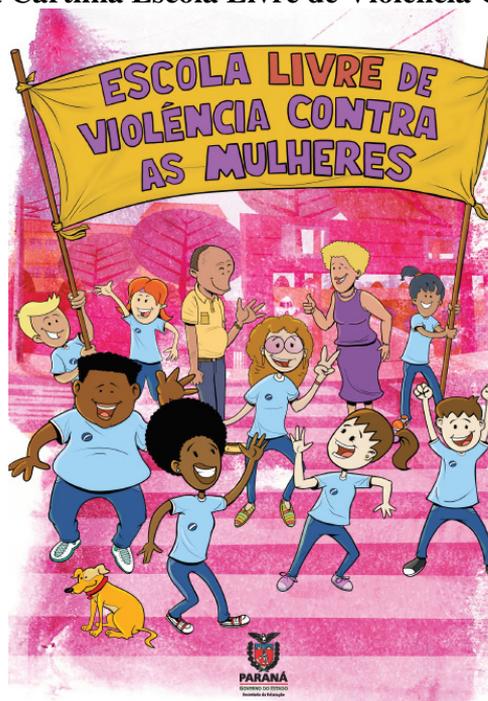
Em 2015, no Estado do Paraná, os deputados aprovaram a Lei Estadual nº 18.447/2015 (PARANÁ, 2015), que institui a Semana Maria da Penha nas Escolas. Essa Lei tem como objetivo conscientizar a comunidade escolar sobre a violência contra as mulheres e informar a respeito da importância do respeito aos Direitos Humanos. A referida Lei tem como propósito estabelecer

[...] a Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas, a ser realizada anualmente no mês de março nas escolas estaduais, com os seguintes objetivos: I – contribuir para a instrução dos alunos acerca da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha; II – estimular reflexões sobre o combate à violência contra a mulher; III – conscientizar a comunidade escolar acerca da importância e do respeito aos direitos humanos; IV – explicar acerca da necessidade do registro nos órgãos competentes das denúncias de violência contra a mulher (PARANÁ, 2015, *s.p*).

Contribuindo para a implementação e difusão desse tema nas escolas do Estado, em 2017, a Secretaria da Educação do Estado do Paraná, por meio da Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual lançou uma Cartilha denominada “Escola Livre da Violência Contra as Mulheres” (PARANÁ, 2017). O material tem uma linguagem de fácil entendimento e é apresentado através de diálogos e ilustrações que levam os leitores a problematizar questões referentes à violência de Gênero.

⁴ Assassinato intencional de mulheres.

Figura 1- Capa da Cartilha Escola Livre de Violência Contra as Mulheres



Fonte: PARANÁ, 2017.

De maneira didática, a cartilha pode ser usada por professores para discutir tal problemática com os alunos. Além desse material, os docentes podem buscar em plataformas específicas, como o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero⁵; o Observatório da Mulher Contra a Violência, do Senado Federal⁶; a Secretaria Nacional de Política para Mulheres⁷, a Agência Patrícia Galvão⁸, além de *sites* de Universidades e periódicos eletrônicos, informações para o planejamento e organização de conteúdos visando enriquecer os debates em sala de aula.

O desenvolvimento desse tema na Escola atende aos pressupostos da Geografia, das atuais demandas da sociedade e do aparato teórico e legal, buscando diminuir os efeitos da

⁵ <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>

⁶ <http://www12.senado.leg.br/institucional/omv>

⁷ <http://www.spm.gov.br/>

⁸ <http://agenciapatriciagalvao.org.br/>

problemática, ainda mais quando se considera o Brasil como exemplo, um país marcado pelas desigualdades e pela violência contra as mulheres, líder em diversos *rankings* internacionais nesse tipo de violação dos Direitos Humanos.

1.1 ESTATÍSTICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo para as mulheres. Para fundamentar essa afirmação, optou-se por apresentar informações estatísticas publicadas no “Mapa da Violência do ano de 2015, Homicídios de Mulheres no Brasil” (WAISELFISZ 2015), documento que destaca a nação brasileira entre os cinco países que mais cometem feminicídios, sendo El Salvador (América Latina), Colômbia (América Latina), Guatemala (América Latina) e Rússia (Ásia), os quatro primeiros colocados nesse *ranking*.

No desenvolvimento de trabalhos em conjunto com a Organização Mundial da Saúde, o Mapa da Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015) demonstra que no Brasil, a cada 5 minutos uma mulher é agredida; de cada 10 mulheres, nove já foram vítimas de assédio em lugares públicos; a cada uma hora e meia, uma é assassinada e a cada onze minutos, uma mulher é estuprada (WAISELFISZ, 2015).

Entre os Estados brasileiros, os mais violentos para as mulheres (mais altas taxas de feminicídio) são: Espírito Santo (Região Sudeste), Rondônia (Região Norte) e Mato Grosso (Região Centro-Oeste). O Estado do Paraná (Região Sul) ocupa a 12º posição entre os mais violentos, possuindo uma taxa de 4,5 feminicídios por 100 mil habitantes (taxa maior que a média nacional, que é de 4,4 por 100 mil) (WAISELFISZ, 2015).

Considerando os municípios paranaenses mais violentos para as mulheres, Campina Grande do Sul (Região Metropolitana de Curitiba) ocupa a 27º posição, seguido por Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba), na 36º posição, Santa Helena (Região Oeste) na 44º posição, Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) na 56º posição e Araucária (Região Metropolitana de Curitiba) na 61º posição, são os 5 municípios do Estado, onde a taxa média de feminicídio está entre as mais altas do país⁹ (WAISELFISZ 2015).

⁹ A lista apresentada no Mapa da Violência de 2015 elenca os 100 municípios brasileiros, com as mais altas taxas de feminicídio, considerando apenas aqueles com população feminina maior de 10.000 habitantes.

Os números são elevados e ainda assim, é válido afirmar que muitos casos de violência contra as mulheres são subnotificados, pois as vítimas têm medo de retaliação, seja no ambiente familiar, no trabalho ou em outros espaços. Sendo assim, é necessária a inserção e discussão desses assuntos no contexto escolar. Essas questões estão presentes no dia a dia dos alunos e não há como a instituição escolar e as disciplinas ignorarem tais fatos.

Os dados apresentados nessa seção oferecem apenas algumas possibilidades (opção realizada para o desenvolvimento da proposta metodológica que será apresentada a seguir) de reflexão acerca da problemática que envolve a violência contra as mulheres. A partir do (re)conhecimento das consequências em relação a essa questão, os professores de Geografia possuem um universo de alternativas teóricas, conceituas e metodológicas, que podem ser utilizadas para abordar o tema na sala de aula.

2. Uma proposta metodológica: o que pensam os alunos do ensino médio sobre a violência contra as mulheres?

As informações organizadas nos itens anteriores foram analisadas e discutidas de maneira crítica quando da realização da metodologia. Sendo assim, essa seção apresenta os resultados de uma experiência efetuada a partir do desenvolvimento de um plano de aula¹⁰, elaborado com a finalidade de discutir esse tema com alunos de Ensino Médio, de uma Escola Pública do Estado do Paraná, na disciplina de Geografia. O plano de aula abordando essa temática foi construído a partir das inquietações vivenciadas pelo professor autor desse artigo, tanto no que se refere ao ambiente escolar, bem como em outros espaços e contextos, além do reconhecimento da importância de levar a discussão dessa problemática para a Escola, demonstrando as desigualdades e desenvolvendo discussões que promovam a equidade entre mulheres e homens.

Em 2017, na Semana da Mulher, comemorada anualmente no mês de março, o professor realizou uma série de debates, com três turmas do Ensino Médio, na faixa etária de 15 a 18 anos. Os debates tiveram como tema, o papel da mulher na sociedade brasileira, sendo o objetivo

¹⁰ VERONEZZI, F. **Plano de aula Semana da Mulher:** o papel da mulher na sociedade brasileira, 2017(documento não publicado). O plano de aula contava com discussões teóricas e conceituais, a realização de debates entre os alunos, com a mediação do professor e por fim, responder um questionário aberto. O plano de aula foi desenvolvido em duas aulas em cada turma.

principal da realização dessa atividade, levar os alunos a refletirem sobre as inúmeras situações de desigualdade que envolvem as mulheres no Brasil, considerando os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Como objetivos específicos, a realização dos debates e, posteriormente do questionário visou:

- 1- Apresentar e problematizar questões que envolvem as mulheres na sociedade brasileira, discutindo leis, dados estatísticos, textos e reportagens sobre desigualdade de gênero e violência contra as mulheres;
- 2- Conscientizar acerca das consequências da violência contra as mulheres;
- 3- Estimular o pensamento crítico, combatendo as desigualdades de gênero, promovendo a equidade e a justiça social;
- 4- Cumprir com o papel social da Escola e da disciplina de Geografia;
- 5- Debater temas atuais e recorrentes, potencializando o empoderamento feminino e a transformação de vidas;
- 6- Desnaturalizar situações histórico-culturais construídas com base em uma sociedade desigual, patriarcal, machista, misógina e preconceituosa (VERONEZZI, 2017).

As discussões foram fortuitas e os resultados (apresentados na sequência do texto) significativos. Como proposta para o encerramento das atividades da Semana da Mulher, cada um dos alunos das três turmas de Ensino Médio, respondeu a um questionário aberto, contendo seis questões discursivas que abordavam aspectos voltados ao tema do debate, conforme apresentadas no quadro 1.

Quadro 1- Conjunto de Questões apresentadas para os alunos

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1- Em seu entendimento, o que leva o Brasil a ser um país tão violento para as mulheres?2- Que ações poderiam ser desenvolvidas para diminuir as altas taxas de violência contra as mulheres na sociedade brasileira?3- Você conhece mulheres que já sofreram algum tipo de violência?4- Qual a sua principal fonte de informação sobre a problemática que envolve a violência contra as mulheres?5- Você já ouviu falar do termo empoderamento feminino? O que sabe sobre?6- Como a Geografia pode auxiliar na minimização desses efeitos? Justifique sua resposta. |
|---|

Fonte: VERONEZZI, F. 2017.

No total, 52 alunos responderam às questões. Na folha que receberam contendo as questões, não era para se identificarem, sendo obrigatório apenas assinalar o gênero. Do total de alunos que responderam o questionário, 28 eram do gênero feminino, e 24 do gênero masculino.

Os argumentos foram variados e algumas perguntas continham mais de uma resposta/ocorrência, sendo o resultado da análise das questões, apresentado no texto por meio de gráficos e de trechos das respostas de dez alunos selecionados¹¹ (identificados de A a J). Os gráficos foram construídos, a partir das informações apresentadas pelos alunos em suas respostas. Os excertos são apresentados de maneira fiel à escrita dos alunos, contendo erros gramaticais, de pontuação e ortografia.

A resposta mais comum para a questão um (Gráfico 1), na maioria dos questionários, coloca a objetificação das mulheres, o machismo e a desigualdade como determinantes para os elevados índices de violência contra as mulheres no Brasil. O gráfico 1, demonstra as explicações dos alunos e a quantidade de vezes em que os termos apareceram nas respostas dos **mesmos**.

¹¹ Para apresentar os trechos de algumas respostas, foram selecionados apenas os questionários dos alunos que responderam todas as questões. Os outros 42 questionários tiveram uma ou mais questões sem resposta.

Gráfico 1- Questão 1: O que leva o Brasil a ser um país tão violento para as mulheres?



Fonte: Análise das respostas dos questionários (2017)
Org: VERONEZZI, 2017

Na concepção da aluna A, o machismo é o principal responsável pelos alarmantes índices de violência contra as mulheres:

Muito machismo, a maioria acha que as mulheres tem que ser submissa ao homem e ficar só cuidando da casa, filho, mas as mulheres querem ser mais independentes, ter seu respeito, seus próprios gostos, conseguirem seu espaço e eles usam a violência para achar que isso pode parar com elas! (ALUNA A, 2017).

O Aluno B, apresentou uma resposta que se aproxima do pensamento da Aluna A, onde justifica que, “a falta de respeito e o pensamento retrógrado que faz os homens pensar que são superiores e na maioria dos casos quando o homem se sente inferior a uma mulher acaba apelando a agressão física e verbal” (ALUNO B, 2017).

O aluno C destacou a não aceitação, por parte dos homens, da presença das mulheres em espaços públicos ao sugerir que:

As mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, escolas, faculdades, e por aí vai, e em nosso país, o nível de machismo é altíssimo, o que incomoda os homens ver mulheres se dando tão bem em atividades que antigamente, eles dominavam. Ainda acredito que mesmo com tanta informação, os homens não aceitam as conquistas das mulheres. (ALUNO C, 2017).

A aluna F destacou em suas reflexões a responsabilidade das famílias nesse processo, escrevendo que, “a maneira como a família educa, mostrando para meninos que os homens são superiores, tem privilégios em relação ao gênero feminino, e essa educação leva os homens a se sentirem certos ao humilhar as mulheres” (ALUNA F, 2017).

Para a Aluna G, além do machismo, outros fatores corroboram para a continuidade desse problema:

Machismo, hipocrisia, ignorância e muitas vezes o orgulho. Isso tudo leva o homem a achar que é melhor que a mulher, e quando ela mostra que tem ‘voz’, ele maltrata elas com todos os tipos de violência, no caso a verbal, que gera depressão, o físico, como socos, facadas, chutes, pancadas, que machuca e outras agressões que pioram o estado de uma mulher (ALUNA G, 2017).

Para a Aluna H, são “as bases históricas de uma sociedade patriarcal, que enaltece a figura do homem e diminui a da mulher desde a colonização” (ALUNA H, 2017), os elementos que reforçam ainda mais a problemática.

Finalizando os trechos selecionados para a questão 1, a Aluna J indica outros elementos, como:

A desigualdade de gênero, onde o conservadorismo prevalece com aquela máxima de que as mulheres têm de ser subordinadas aos homens, ou até que elas não podem ter os mesmos direitos que eles, somente por serem mulheres, vistas como um modelo que devem seguir desde pequenas para que sejam ‘belas, recatadas e do lar’, e assim, elas passam a sofrer com base no machismo (ALUNA J, 2017).

Incentivados a pensarem a respeito de ações que podem ser desenvolvidas visando diminuir os efeitos dessa problemática, na segunda questão, as respostas mais recorrentes foram a criação de leis mais rigorosas, a inclusão de discussão sobre equidade de gênero e o incentivo

para mulheres denunciarem, ficaram entre as três ações mais mencionadas pelos alunos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Questão 2: Que ações poderiam ser desenvolvidas para diminuir as altas taxas de violência contra as mulheres na sociedade brasileira?



Fonte: Análise das respostas dos questionários (2017)
Org: VERONEZZI, 2017

No entendimento da Aluna E, “[...] o ser humano deveria pensar mais nas suas práticas violentas e buscar entender a posição de outra pessoa, ser mais compreensivo” (ALUNA E, 2017).

Para a Aluna F, “[...] a conscientização, mais debates, palestras e a ver que não é superior a ninguém só pelo seu gênero, é um dos passos para diminuir, os pais abrirem a mente de seus filhos e aceitem todos na sociedade, sem ignorância” (ALUNA F, 2017).

A aluna H destaca o papel da escola como espaço fundamental de difusão de conhecimento e realização de atividades que visem o enfrentamento dessa realidade:

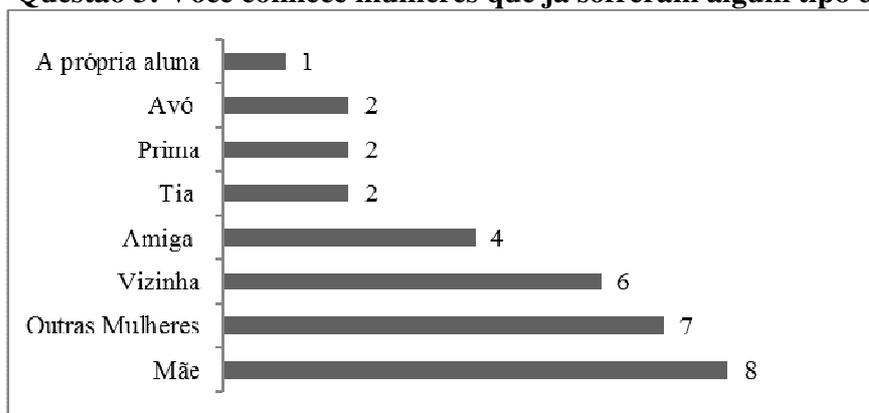
Fazer atividades que valorizem o papel da mulher nas escolas desde o primário e a qualificação de profissionais que deixem as mulheres confortáveis para denunciar seus agressores, propagandas e afins nos grandes meios de comunicação que estimulem o empoderamento feminino (ALUNA H, 2017)

A Aluna J, justifica que, para buscar a minimização dessa problemática, deve-se ter como ações, “maior divulgação da seriedade do problema e deve ser trabalhado em todos os âmbitos da sociedade. Estimular com a criação de políticas públicas para as mulheres e incentivar elas a denunciar os abusos sofridos” (ALUNA J, 2017).

A Aluna D, comenta que: “As leis deveriam ser mais rigorosas com quem comete tal violência, deveria ter mais aulas para as mulheres e os homens aprenderem sobre direitos, levar mais conhecimento como palestras em todas as escolas, para que os alunos se tornem pessoas melhores” (ALUNA D, 2017).

Para responder à terceira questão, os alunos tiveram que pensar se conheciam casos de mulheres que já sofreram algum tipo de violência (Gráfico 3). As mães, outras mulheres e vizinhas, foram os exemplos mais lembrados nas respostas, sendo o resultado completo apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Questão 3: Você conhece mulheres que já sofreram algum tipo de violência?



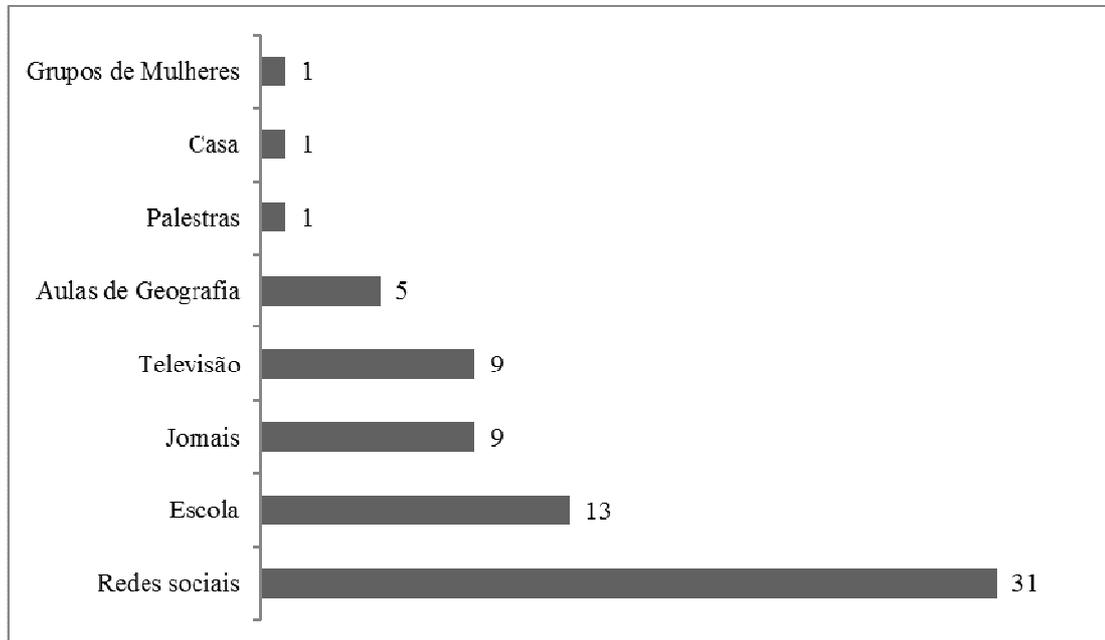
Fonte: Análise das respostas dos questionários (2017)
Org: VERONEZZI, 2017

Nessa questão, todas as 28 alunas que responderam o questionário revelaram conhecer uma ou mais mulheres que já sofreram algum tipo de violência, enquanto que 10 alunos disseram não conhecer nenhum caso e outros 3 alunos não responderam a questão.

Em uma das respostas, um aluno contou a história do feminicídio de sua mãe, que, por conta da não aceitação do término do relacionamento por parte do parceiro dela, o cônjuge a assassinou com vários golpes de faca. Outro aluno mencionou que só conheceu uma mulher vítima de violência, contando o caso de uma adolescente, também morta pelo namorado, no município de localização da Escola.

A quarta questão tinha como finalidade os alunos responderem sobre quais as principais fontes de informação que se baseiam para saber sobre a problemática da violência contra as mulheres (Gráfico 4), sendo que, as redes sociais, a Escola e os jornais foram os mais comentados, conforme pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Questão 4: Qual a sua principal fonte de informação sobre a problemática que envolve a violência contra as mulheres?



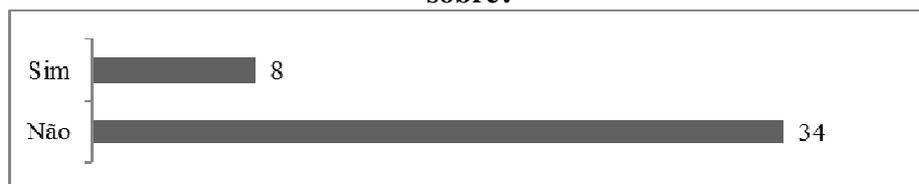
Fonte: Análise das respostas dos questionários (2017)
Org: VERONEZZI, 2017

Nessa questão, a maioria dos alunos colocou mais de uma fonte de informação e cinco deles, deixaram de responder. Apenas três alunos explicaram como obtém informações por meio das fontes que citaram. A Aluna H destaca o papel das redes sociais e das aulas de Geografia. Para ela, “as redes sociais e as aulas de Geografia são os meios que mais eu aprendo sobre a violência contra as mulheres” (ALUNA H, 2017).

A aluna J colocou que, além da Escola e das redes sociais como principais meios de informações sobre violência contra as mulheres, tem outras formas de se informar sobre o tema: “participo de perfis das redes sociais que denunciam vários tipos de violência feminina. Na escola, a gente tem vários momentos de discussão na área de Humanas, onde esse assunto é abordado e busco nos jornais da internet também” (ALUNA J, 2017).

Na quinta questão, o conhecimento dos alunos sobre o termo empoderamento feminino (Gráfico 5) era o foco e, caso já o conhecessem, que apresentassem uma definição. De acordo com a análise das respostas, a maioria informou desconhecer o termo, conforme pode ser observado no gráfico 5.

Gráfico 5 – Questão 5: Você já ouviu falar do termo empoderamento feminino? O que sabe sobre?



Fonte: Análise das respostas dos questionários (2017)

Org: VERONEZZI, 2017

De acordo com as respostas, verificou-se que poucos alunos conhecem o termo: dos 52 participantes, apenas 8 alunas responderam que conhecem o termo e o definiram conforme o entendimento pessoal. Empoderamento feminino, para a aluna F, significa “[...] mostrar que a mulher também é capaz, também tem sua força, e mostrar que a mulher também tem um poder na sociedade, igual ao homem” (ALUNA F, 2017)

Já para a aluna H, “[...] diz respeito às mulheres não aceitarem serem rebaixadas e excluídas perante a sociedade e buscarem uma **igualdade** com o homem” (ALUNA H, 2017, grifo da aluna). Para a Aluna I, o termo empoderamento feminino “é usado para buscar direitos iguais e mostrar as desigualdades que nós sofremos. Serve para mostrar que queremos ser empoderadas nas questões sociais, no trabalho, e na política” (ALUNA I, 2017).

A aluna J define o termo como “[...] um estado em que a mulher passa a reconhecer e resistir numa sociedade em que nem sempre elas tem seus direitos assegurados, lutando por eles, juntamente com outras mulheres, mostrando suas forças e tentando abrir os olhos da sociedade” (ALUNA J, 2017).

Nesse sentido, a Aluna D, coloca o seguinte: “Conheço a luta das feministas e as admiro muito, por ter coragem de se impor e lutar pelos nossos direitos em uma sociedade tão machista” (ALUNA D, 2017).

A resposta da aluna A, entende o termo a partir da concepção de que “[...] significa nós mulheres nos conscientizarmos sobre o nosso lugar de direito e assumir o poder, independente do gênero” (ALUNA A, 2017). O aluno C respondeu que não conhece o termo e, sabe “[...] apenas do movimento feminista, por umas amigas minha” (ALUNO C, 2017).

Por fim, a questão seis versava a respeito de como a Geografia pode auxiliar na minimização desses efeitos, sendo que na análise das respostas apresentadas, as mais comuns diziam que é por meio da promoção de debates, discussões e na conscientização dos alunos acerca dessa problemática, argumentos que apareceram em treze questionários.

A aluna A aponta que, “comentando sobre esse assunto, mostrando exemplos e conscientizando a nova geração, mostrando para os alunos, os problemas vivenciados pelas mulheres”, (ALUNA A, 2017) o ensino de Geografia auxilia no processo de minimização dos efeitos destrutivos causados pela violência contra as mulheres.

Outra argumentação versava que: “conscientizando os alunos meninos a não agredir de qualquer maneira as meninas e as mulheres a não aceitarem e denunciarem comportamentos machistas” (ALUNA H, 2017). A mesma aluna ainda complementa sua resposta ao destacar que, “[...] como a Geografia é tudo que a gente vive, ela ajuda muito as pessoas a entenderem que a violência não é o melhor caminho, para aprendermos sobre as origens e os motivos da violência e assim melhora a vida das pessoas” (ALUNA H, 2017).

O pensamento da aluna G, se aproxima do anterior, quando ela menciona que “explicando na escola que mulheres e homens são iguais e a violência não é necessária” (ALUNA G, 2017), o ensino de Geografia contribui com práticas que desnaturalizam relações desiguais de gênero. Uma outra aluna comentou que “abordando temas como esse, promovendo debates que incentivam a cooperação e a mudança de comportamentos, gerando uma sociedade mais igualitária e explicando as relações desiguais de homens e mulheres” (ALUNA I, 2017).

Já a aluna J indica que, “expondo os fatos e o contexto em que eles surgem, para romper com essa barreira de ignorância que não questiona o conservadorismo, que faz a maior parte da sociedade brasileira não evoluir intelectualmente.” (ALUNA J, 2017).

Pode-se observar que, os resultados apresentados, com base na realização da atividade, além de cumprirem com os objetivos propostos (apresentados no Quadro 1 e organizados no plano de aula), serviram para (re)conhecer o pensamento dos alunos acerca do tema, ratificando a importância de incluí-lo como conteúdo a ser discutido pela Geografia, além e potencializar o desenvolvimento de ações que podem (e devem) ser realizadas por outras disciplinas do currículo escolar, fortalecendo práticas que promovam uma Escola transformadora.

Considerações finais

Por meio desse texto, pode-se compreender que são várias as possibilidades de discutir teórico-metodologicamente a violência contra as mulheres no ensino de Geografia. Debater essa problemática, além de cumprir com o papel social da Escola e da Geografia, contribui para o enfrentamento do problema, apresentado caminhos para estimular denúncias, para o empoderamento das mulheres vítimas de tal violação, na busca da equidade de gênero e na transformação de vidas.

Os professores de Geografia devem se comprometer em incluir tal temática em seus planos de trabalho docente, planos de aulas e discuti-los de maneira constante, já que a problemática está ligada às várias dimensões de conhecimento da Geografia (econômica, social, cultural, política), e nas mais variadas escalas geográficas. São inúmeras as possibilidades teóricas, metodológicas e as fontes de pesquisa que esses profissionais podem utilizar para o planejamento das aulas, sendo fundamental inserir na *práxis* docente, criatividade e ousadia, a fim de incorporar como uma de

estratégia de enfrentamento ao problema, a inserção do assunto nos conteúdos de tal disciplina escolar.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES em cooperação com a Fundação Araucária/FA, pela disponibilização de bolsa de estudos para a realização da tese de Doutorado, da qual parte dessa temática deriva.

Referências

ARROYO, M. Escola Plural. **Proposta pedagógica**. Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Belo Horizonte: SMED, 1994.

BRASIL. Presidência da República- Casa Civil. **Lei 11.340/2006**. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República- Casa Civil . **Lei 13.104/2015**. Brasília, 2015.

CAVALCANTI, L. **A geografia e a realidade escolar contemporânea: Avanços, caminhos, alternativas**. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

OEA, Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, punir e erradicar a Violência Contra a Mulher** – Convenção de Belém do Pará, 1994.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Geografia**. Curitiba, 2008.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria do Estado de Educação do Paraná**, Curitiba, 2010.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado. **Lei 18.447/2015**. Curitiba, 2015.

PARANÁ. **Escola livre de violência contra as mulheres**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. – Curitiba: SEED, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, p.31-45, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria (Org). **Geografias Subversivas**: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009, p. 26-53.

VERONEZZI, F. **Plano de aula Semana da Mulher**: o papel da mulher na sociedade brasileira, 2017 (documento não publicado).

VERONEZZI, F. **Resistência, Empoderamento e Emancipação**: As militantes da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUESP). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 173f. 2018.

WAISELFISZ, Júlio. **Mapa da violência: Homicídio de Mulheres no Brasil**, 2015.

Enviado em 12/01/2018

Aceito em 26/06/2018